



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE -UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGEO



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”  
São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

---

**A LUTA PELA TERRA NA (CONTRA)MÃO DA ORDEM CAPITALISTA: uma leitura a partir da luta do MST no Município de Petrolina/PE**

**Ronilson Barboza de Sousa**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Sergipe.  
Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as  
Políticas de Reordenamento Territorial - GPECT  
E-mail: wronibs@yahoo.com.br

**Alexandrina Luz Conceição**

Orientadora e professora do NPGEO – UFS.  
Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as  
Políticas de Reordenamento Territorial - GPECT  
E-mail: aluz@oi.com.br

A referente dissertação de mestrado, que vem sendo desenvolvida, tem como objetivo analisar a expansão do capital e a espacialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Município de Petrolina-PE, bem como a condição da sua luta pela terra e contra o capital.

A luta pela terra empreendida pelo Movimento tem provocado importantes discussões acerca do seu caráter, sobretudo frente ao atual estágio de acumulação do capital. Em síntese, o debate gira em torno da questão se a luta pela terra representa um entrave para a acumulação do capital ou ela legitima a ordem capitalista. Silva (1988) considera que a possibilidade de haver uma reforma agrária ampla no país, prende-se, justamente, a correlação de força entre o conflito capital/trabalho no campo brasileiro. No entanto, para o autor, não há nada de revolucionário na luta pela terra no Brasil. “E as lutas no país pela terra são basicamente lutas específicas pela sua terra, não são em geral lutas políticas” (SILVA, 1988, p. 142).

Já Fernandes (2004) afirma que um dos princípios do MST é a luta estrutural contra o capital. A luta do MST é pela conquista do território; por isso, ela não para quando a terra é conquistada. Segundo o autor, os sem-terra ocupam terras predominantemente onde o capital já se territorializou. Ocupam o latifúndio – propriedades capitalistas –, terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas. “As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2004, p. 278).

Ao analisar a trajetória do MST e suas palavras de ordem, concordamos com Fernandes (2004) e Fabrini (2008), que há uma preocupação com o projeto de desenvolvimento do país: “elas evidenciam que o interesse e ações do MST estão voltados para uma escala nacional e não apenas ao atendimento dos interesses específicos e imediatos dos camponeses” (FABRINI, 2008, p. 251).

Na análise de Iasi (2007), a não realização plena da estratégia democrática popular, a qual o PT, a CUT e o MST estiveram vinculados às derrotas da classe trabalhadora nos anos de 1990 e a manutenção prolongada de movimentos reivindicatórios, foram desenvolvendo uma tendência ao amoldamento à ordem capitalista, com essas organizações se constituindo em instituições burocráticas da sociedade civil-burguesa - com exceção do MST, que expressa uma situação paradoxal tencionada entre a tendência ao acomodamento e sua particularidade enquanto movimento de luta pela reforma agrária.

Ainda de acordo com Iasi (2007), “a forma mais eficiente de cooptar o MST e selar seu desfecho burocrático é fazer a reforma agrária.” No entanto, devido à especificidade da lógica atual da acumulação do capital no campo brasileiro, a reforma agrária é uma ameaça ao pleno desenvolvimento do capitalismo no campo e à acumulação do agronegócio. “Isto pode significar que o espaço de amoldamento, em se tratando do MST, é menor que aquele que a CUT e o PT encontram como instituições da sociedade civil-burguesa” (IASI, 2007). Todavia, ainda para o autor, a transformação gradativa da base social, que luta pela terra em assentados, gera um tencionamento que acaba por produzir problemas no caráter e na dimensão do movimento, sendo, inegavelmente, um foco, que tende a fortalecer o acomodamento burocrático e a política pragmática.

Para refletir estes questionamentos e analisar a realidade da área em estudo, nossa pesquisa está fundamentada no método do materialismo histórico e dialético, que permite compreender o concreto como síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso, portanto, analisa o fenômeno na totalidade das relações, negando-se a permanecer na superfície aparente do fenômeno. A categoria território, entendida como espaço de apropriação social e de estabelecimento de relações de poder (LOPES, 2010), também, torna-se fundamental para compreender a realidade conflituosa da produção capitalista do espaço, pois, de acordo com Conceição (2005, p. 169), “permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais”. Dessa maneira, permite compreender como o capital se expande por meio da territorialização e da monopolização do território, promovendo conflitos sociais.

Os estudos que vem sendo desenvolvidos têm possibilitado compreender que a expansão do capital, entre o Pós-Segunda Guerra Mundial e a década de 1970 alterou, significativamente,

a configuração do atual mundo do trabalho, evidenciada no Submédio do Vale do São Francisco, especificamente no Município de Petrolina-PE.

A expansão das relações capitalistas de produção no Submédio São Francisco, apesar de suas especificidades, assume forma bastante semelhante ao processo que ocorreu na maior parte do território brasileiro a partir da integração e subordinação à ordem imperialista.

No caso do Município de Petrolina-PE, a expansão das relações capitalistas foi viabilizada, principalmente, por meio da concentração de poder, econômico e político, da família Coelho<sup>1</sup> e sua forte articulação nacional e internacional (CHILCOTE, 1991).

O caminho escolhido pela classe dominante para promover o avanço do capital foi o de utilizar, prioritariamente, a força de trabalho assalariada, mediante o controle das terras e das águas do rio São Francisco. Desta forma, a participação do Estado foi e continua sendo fundamental para desencadear uma série de políticas públicas - a exemplo dos perímetros de agricultura irrigada -, construindo toda uma infraestrutura e possibilitando a apropriação do espaço pelo capital, principalmente por meio da territorialização de grandes empresas agrícolas, redefinindo antigas relações sociais de trabalho, sobretudo no campo (ainda que esse processo seja acompanhado de vários movimentos de resistência dos trabalhadores) (SOUSA, 2009).

Até o momento temos concluído que, a implantação da política da agricultura irrigada, mediante a apresentação de discursos ideológicos de “desenvolvimento”, “Califórnia brasileira”, “sertão que virou pomar” (SOUZA, 2007) - cuja principal expressão é a atividade da fruticultura irrigada -, deu ao Município de Petrolina status de um dos mais importantes polos do agro-hidronegócio no circuito do capitalismo, evidenciado, principalmente, na média de 90% das exportações brasileiras de manga e uva no crescimento econômico anual de 4,5% e no produto interno bruto de 2.178,549 mil de reais (IBGE, 2010).

Nesse sentido, todo o processo de reestruturação produtiva, com a territorialização do capital no campo, promoveu a expropriação camponesa da terra, impulsionou a mobilidade do trabalho, formando uma superpopulação relativa na cidade (ou seja, reuniu um contingente de força de trabalho muito além das necessidades do capital), quase que quadruplicando o número de habitantes - que era de 74.671 em 1980 (ANDRADE, 1982) e passou a ser de 293.962 (IBGE, 2010) - em três décadas. Destes, 219.215 habitantes residem na cidade (IBGE, 2010).

Paralelamente, promoveu vários conflitos, assim como o surgimento de organizações da classe trabalhadora, especialmente o MST, que é considerado um dos mais importantes movimentos de luta pela terra no país, inclusive de reconhecimento internacional.

---

<sup>1</sup> Principal família da classe dominante local, cujos membros têm se revezado, durante muitos anos, em diferentes esferas de poder do Estado, numa postura que envolve a administração direta do capital e a gestão do Estado (SOUZA, 2007).

Em dezembro de 2010, de acordo com informações obtidas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Petrolina, o Município contava com 03 acampamentos com 960 cadastros e 19 assentamentos rurais com 940 famílias assentadas. No entanto, esses assentamentos também envolvem outras organizações e foram conquistados por meio de desapropriações, adjudicação, compra e venda.

## **Referências**

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 114p.

CHILCOTE, Ronald. **Transição capitalista e a classe dominante no nordeste**. São Paulo: Edusp, 1991, 368p.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, Sergipe, vol. 01, n. 06, 2005.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra. 2004. p. 273-291.

IASI, Mauro Luis. **Conjuntura e luta política no médio e longo prazo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=306>>. Acesso em: 16 de Set. de 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de Set. de 2011.

LOPES, Íole Ilíada. **Estado, Território e pensamento geográfico: discutindo a atualidade de uma interpretação político do espaço**. In BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; NETO, Manoel F. Sousa (Orgs). **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume, USP, 2010.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro; GORENDER, Jacob. et al. **A questão agrária na década de 90**. 4 ed. Porto alegre: UFRGS, 2004. p. 137-143.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O antigo e o moderno no campo brasileiro: uma reflexão a partir da teoria agrária**. Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SOUZA, Suzane Tosta. **O sertão que virou pomar? Do discurso do estado às contradições do processo histórico. Políticas públicas de irrigação e expropriação camponesa pelo capital: luta pela terra, pelo trabalho e pela água**. In: I Encontro Latino Americano de Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragem. Bahia, 2007.

## **Eixo Temático: Análise Agrária.**